



## **ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS**

**Decisão da Entidade das  
Contas e Financiamentos  
Políticos, relativa às Contas  
da Campanha Eleitoral para  
a Eleição para Presidente da  
República, realizada em 24  
de janeiro de 2016,  
apresentadas pelo  
Candidato Marcelo Nuno  
Duarte Rebelo de Sousa**

**PA - 5/PR/16/2019**

setembro/2019



## Índice

Índice.....	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria .....	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo. ....	4
2.1. Duas despesas pagas em numerário por montante superior ao limite máximo legalmente permitido (Ponto 3. da Secção C. do Relatório da ECFP).....	4
2.2. Despesas faturadas após o último dia de campanha – Inelegibilidade das despesas (Ponto 4. da Secção C. do Relatório da ECFP).....	5
3. Decisão .....	7



### Lista de siglas e abreviaturas

PR	Presidente da República
Candidato	Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa
Candidatura	Candidato e Mandatário Financeiro
CPA	Código do Procedimento Administrativo
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
L 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO 1/2018	Lei Orgânica n.º 1/2018, de 19 de abril
LO 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro



## **1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria**

A ECFP concluiu a elaboração, a 07.03.2017, do Relatório previsto no art.º 41.º, n.º 1, da LO 2/2005, relativo às contas da campanha eleitoral para a PR realizadas em 24 de janeiro de 2016, apresentadas pela Candidatura de Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Foi elaborado Parecer, pela ECFP, a 14/07/2017, ao abrigo do regime então em vigor, tendo o mesmo sido remetido ao TC em 26.07.2017, onde foi autuado o Processo nº 740/2017.

A 30.10.2018, foi remetido pelo TC o Processo .nº 740/2017, relativo aos autos de apreciação das contas de campanha às eleições para a PR realizadas a 24.01.2016, no âmbito do qual foi proferido despacho, em 26.10.2018, no qual o TC decidiu remeter o processo à ECFP, de acordo com o disposto nos artigos 7.º da LO 1/2018; 27.º e 33.º, n.º 1, da L 19/2003 (na redação conferida pela LO 1/2018); 9.º, n.º 1, alínea d), 43.º, 44.º e 46.º, n.º 1, da LO 2/2005, de 10 de janeiro (igualmente na redação conferida pela mesma Lei Orgânica).

Feito este introito, verifica-se que, atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final do mesmo, nos termos do art.º 43.º do mesmo diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018, ou seja, apreciando as irregularidades imputadas, excluídas naturalmente as situações descritas na secção B do Parecer da ECFP, as quais, por não terem materialidade subjacente ou não serem imputáveis ao Candidato, foram já liminarmente afastadas em sede de Parecer.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato detalhado na Secção B. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência à Secção C. do mesmo Relatório.



PA-5/PR/16/2019

**2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.**

**2.1. Duas despesas pagas em numerário por montante superior ao limite máximo legalmente permitido (Ponto 3. da Secção C. do Relatório da ECFP)**

Nos termos do artigo 19.º, n.º 3, da L 19/2003, *“O pagamento das despesas de campanha faz-se obrigatoriamente, por instrumento bancário, nos termos do artigo 9.º, com exceção das despesas de montante inferior ao valor do IAS desde que, durante este período, estas não ultrapassem o valor global de 2 /prct. dos limites fixados para as despesas de campanha.”*

Na documentação disponibilizada em sede de auditoria, foi verificado que ocorreram dois pagamentos em numerário, no montante total de 1.087,50 Eur., referentes a refeições, os quais excedem o limite legal aceite para pagamentos a efetuar por via de Caixa (426,00 Eur.):

Fornecedor	Fatura	Data	Valor
Restaurante o Cortiço	55	15/01/2016	607,50
Restaurante o Cais	1747	17/01/2016	480,00
			<b>1.087,50</b>

A situação contraria o disposto no n.º 3 do artigo 19.º da L 19/2003.

***Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:***

***3. Duas Despesas Pagas em Numerário por Montante Superior ao Limite Máximo Legalmente Permitido***

***No que se refere a estas despesas refere-se que as mesmas foram pagas em dinheiro diretamente pelo Candidato.***

***Apreciação do alegado pela Candidatura:***



PA-5/PR/16/2019

A Candidatura, na sua resposta, não forneceu explicação detalhada sobre a situação em causa, bastando-se com uma explicação de carácter genérico a informar que as despesas foram pagas em dinheiro diretamente pelo Candidato, embora não esclarecendo se mediante dinheiro do próprio Candidato ou se com dinheiro da própria campanha.

Caso tivesse sido utilizado dinheiro do próprio Candidato, sempre estaríamos perante donativos indiretos, uma vez que se tratava de despesas pagas por terceiro, os quais são proibidos<sup>1</sup>.

Todavia, tal não se afigura evidenciado no caso vertente, já que a própria auditoria entendeu que estavam em causa pagamentos em numerário efetuados por via de Caixa.

Ora, ultrapassando tais pagamentos, individualmente, o montante limite consagrado no n.º 3 do referido art.º 19.º da L 19/2003, impõe-se concluir pela violação deste normativo legal.

## 2.2. Despesas faturadas após o último dia de campanha – Inelegibilidade das despesas (Ponto 4. da Secção C. do Relatório da ECFP)

Conforme estabelece o n.º 1 do artigo 19.º da L 19/2003, apenas despesas inequivocamente relacionadas com a campanha podem ser contabilizadas como despesas eleitorais.

Em sede de auditoria foram identificadas as seguintes despesas, no montante total de 1.427,58 Eur., com data posterior ao último dia da campanha:

Fornecedor	Fatura	Data	Descrição	Valor c/ IVA (Eur.)
Iberia Universal	14139	28-01-2016	Aluguer de Auditório	295,20
Loja da Rua da Junqueira	4	01-02-2016	Aluguer referente ao mês de fevereiro	1.000,00
Refeição	334	23-01-2016	Refeição	31,75
Taxis Risavi	4663	24-01-2016	Taxi	9,45
Galp	1349	24-01-2016	Gasóleo	29,39
Eurest Portugal	380052	24-01-2016	Refeição	6,70
Gespost	160001020	24-01-2016	Refeição	5,09
Pastelaria Versailles	677684	24-01-2016	Refeição	50,00
				<b>1.427,58</b>

<sup>1</sup> Cfr. Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 19/2008, 567/2008 e 744/2014.



*Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:*

**4. Despesas Faturadas Após o Último Dia de Campanha — Inelegibilidade das Despesas**

*Justifica-se a fatura da Iberia Universal que respeitou ao aluguer de estúdio onde ocorreram as gravações dos tempos de antena da candidatura; e a despesa com o arrendamento da Loja da Rua da Junqueira, que foi arrendada considerando a eventualidade de vir a ocorrer segunda volta e atendendo às necessidades de desmontagem de equipamentos e mobiliários nas referidas instalações (sede de campanha), que se prolongaram pelo mês de Fevereiro de 2016.*

**Apreciação do alegado pela Candidatura:**

Como se referiu no Relatório da ECFP, o n.º 1 do art.º 19.º da L 19/2003 estabelece que apenas despesas efetuadas com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral, são consideradas despesas de Campanha eleitoral.

Acresce que o n.º 5 do mesmo preceito legal considera ainda como despesas de campanha eleitoral as despesas realizadas no dia das eleições com a apresentação ao público e à comunicação social da reação política aos resultados.

A Candidatura, na sua resposta, não forneceu explicações detalhadas para cada uma das situações detetadas e notificadas, limitando a sua pronúncia à fatura da Iberia Universal e à despesa com o arrendamento da Loja da Rua da Junqueira.

Vejamos.

No caso da fatura do fornecedor “Iberia Universal”, a **Candidatura** informou que a despesa diz respeito ao aluguer de estúdio onde ocorreram as gravações dos tempos de antena, mas não dá qualquer explicação sobre a data da fatura ser posterior ao ato eleitoral e, como tal, fora do período legalmente admissível.



PA-5/PR/16/2019

Relativamente à fatura nº 4 do fornecedor “Loja da Rua da Junqueira” a **Candidatura**, no exercício do seu direito de resposta, limita-se a identificar que é uma despesa de arrendamento considerando a eventualidade de vir a ocorrer a segunda volta.

Todavia, não tendo havido lugar a segunda volta, não pode a despesa em causa considerar-se uma despesa da campanha eleitoral, uma vez que foi efetuada após o período temporal legalmente imposto.

Quanto às restantes despesas, no valor total de 132,38 Eur., a **Candidatura** não ofereceu qualquer justificação, sendo certo que o descritivo das despesas efetuadas no próprio dia das eleições não corresponde às despesas legalmente admissíveis, ou seja, a despesas realizadas com a apresentação ao público e à comunicação social da reação política aos resultados.

Face ao exposto, verifica-se uma violação do disposto no artigo 19.º, n.ºs 1 e 5, da L 19/2003.

### 3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, a pronúncia do Candidato, o teor do Parecer e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (art.º 43.º, n.º 1, da LO 2/2005).

São as seguintes as irregularidades apuradas:

- a) Duas despesas pagas em numerário por montante superior ao limite máximo legalmente permitido (ver supra, ponto 2.1.), em violação do artigo 19.º, n.ºs 3 e 5, da L 19/2003;
- b) Despesas faturadas após o último dia de campanha – inelegibilidade das despesas (ver supra ponto 2.2.), em violação do disposto no art.º 19.º, n.ºs 1 e 5, da L 19/2003.





**PA-5/PR/16/2019**

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no art.º 44.º da LO 2/2005.

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do art.º 43.º da LO 2/2005.

Lisboa, 2 de setembro de 2019

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

José Eduardo Figueiredo Dias

(Presidente)

Mariana Oliveira Paixão

(Vogal)

Carla Curado

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)